
A EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO*

Juracy C. Marques**

1. Proposições

«O caminho se faz, ao caminhar»

1) O Ensino, quando comprometido com o real; contribui para formar o homem ou a mulher, preparando-os para bem relacionar-se com o mundo da vida, onde o trabalho assume significados marcantes na história individual.

2) A Educação hoje não se restringe aos sistemas formais de ensino, abrange, ao invés, as sistemáticas de Educação não-formais, mesmo quando estas assumem formas alternativas.

3) Os enfoques dos processos de ensino-aprendizagem que correspondem aos anseios e expectativas da gente brasileira, permeiam, na sua «praxis», a consciência de seus determinantes político-econômico-sócio-culturais.

4) As abordagens que podem desenvolver, do ponto de vista humano, o homem ou a mulher, passam necessariamente pela análise crítica dos problemas regionais.

5) A compreensão e os desempenhos no mundo do trabalho, no qual o homem ou a mulher se movimentam em direção a seus objetivos sociais e individuais, exigem a elaboração do conhecimento em nível inter ou multidisciplinar.

2. Aspectos históricos

«questão social é questão de polícia»

Ao se tentar compreender a realidade do mundo do trabalho pelas lições que a experiência coletiva — história — pode proporcionar, não se deve perder de vista

* Conferência proferida na Jornada de Estudos sobre Preparação para o Trabalho no Ensino de 1º e 2º Graus, Porto Alegre, Conselho Estadual de Educação, 16 a 17 de junho de 1983. Texto transcrito de fita gravada e revisto pelo autor.

** Livre-Docente em Psicologia; Doutor em Filosofia, UFRGS; Diretor da Faculdade de Educação da UFRGS

de que a história do Brasil se faz dentro de um contexto maior, de um determinado tipo de Civilização do qual ele foi e é um dos componentes.(1)

Assim, a integração da economia colonial brasileira no sistema do capital mercantil fez com que usássemos, durante muitos anos, o trabalho escravo, coagido, aviltado e violentado. Daí surgiram dois preconceitos profundamente arraigados em nossa sociedade: o preconceito de cor e o preconceito com o trabalho manual. O primeiro passo é reconhecer que são preconceitos e que eles existem, a fim de que possamos abandonar a posição preconceituosa.

O trabalho assalariado teve seu início na República Velha de maneira mais intensa com o surto industrial, embora ele já existisse no ciclo da lavoura cafeeira paulista. Sua trajetória foi pautada por sacrifícios e sofrimentos. Trabalhar significava uma carga de exploração sem o menor amparo. Nas fábricas o horário de serviço era de 10 a 12 horas. A disciplina era extremamente rígida e a regra era obter do trabalho o máximo rendimento, sem questionamento sobre condições de trabalho ou nível de satisfação do trabalhador.

Com as levas de imigrantes teve início a «luta operária» que se opoñdo ao trabalho escravo, embora remunerado, começaram a se organizar em Centros Operários, com seus jornais que comentavam revoltas e greves. Os patrões não aceitaram as novas realidades e o Estado vigente assumiu as funções de «repressor», aliando-se aos interesses da classe dominante. Atitude, esta, que o último Presidente da República Velha, Washington Luís, resumiu em uma frase que ficou famosa: «questão social é questão de polícia».

As lutas operárias da República Velha, entretanto, deveram-se menos ao Estado «gendarme» e mais à origem camponesa, tradicionalmente submissa, da maioria dos operários brasileiros, combinada com a ideologia anarquista dos operários imigrantes. As grandes greves de 1917-1918 foram possíveis pelo impulso que a indústria tivera em face da conjuntura criada com a Primeira Guerra Mundial. O fracasso de tais greves significou o fracasso da tática anarquista. Foi assim que, em 1922, foi fundado o Partido Comunista, decidido a ocupar novos espaços junto à classe operária.

Aos poucos a burguesia foi entendendo que não seria possível tratar, indefinidamente, a questão social como questão de polícia. A dúvida aberta acabou criando espaços de negociação dentro do qual se movimentou o populismo varguista dos anos 30 e 40. As famosas leis sociais de Vargas, incorporadas à Constituição de 1934, acabaram por conferir a Vargas a imagem de «pai do povo». Todavia, se elas representam um avanço em relação ao obscurantismo e inflexibilidade reinantes na República Velha, também ensombreceram a compreensão do significado da luta operária e dos temores da burguesia. Vargas procurou fazer a conciliação e deste modo substituir a

(1) Os dados históricos apóiam-se em artigo de Luis Roberto Lopez (1983) professor de História e autor de vários livros.

alternativa revolucionária. O Estado arbitral absorveu as contradições sociais para tranquilidade e preservação das classes proprietárias. Assim surgiram, no bojo da Legislação Trabalhista: dia de trabalho de 8 horas, assistência social, aposentadoria, salário mínimo, etc., mas não foi reconhecido o direito de greve e nenhuma lei foi feita para o camponês, uma vez que naquele setor os conflitos eventuais podiam ser abafados sem necessidade de acordos e concessões. O varguismo deve, portanto, ser visto como uma transição e não como um ponto de chegada. Ele tutelou o Sindicalismo, impedindo um movimento sindical autônomo; mas, por outro lado, proporcionou o rompimento do domínio monolítico das oligarquias, fazendo com que a palavra «povo» deixasse de ser um conceito abstrato e jurídico e passasse a ser um instrumento concreto no jogo político, o que implicava em um certo nível de consciência e participação.

Depois de Vargas, na Consituição de 1946, aparece o direito de greve (exceto em serviços públicos e atividades essenciais) e a Justiça do Trabalho fica incorporada ao Judiciário de modo autônomo. Só mais tarde criar-se-ia o 13º salário. Com o recrudescimento do populismo no Governo Goulart intensificam-se os movimentos sociais e operários e a questão do trabalho se agiganta nas discussões sobre o que é e o que pretende a Sociedade Brasileira. Tal discussão é cortada a partir de 64, criando-se várias limitações às reivindicações trabalhadoras, principalmente durante a vigência do «Milagre» e do AI-5. O Capitalismo, então, assume uma nítida fisionomia internacionalizadora e dependente, surgem as empresas que proporcionaram a penetração do capital multinacional, criando um novo perfil econômico baseado na modernização acelerada e no consumismo desenfreado. Tal fase parece estar terminando com a crise do modelo econômico dos anos 70, que coincide com a era da abertura do Presidente Figueiredo. O Brasil volta a ser discutido, e a questão social assume de novo o centro das preocupações, particularmente a partir das greves de 1979/80 e da atual onda de desemprego. A Economia, o modelo econômico, as leis que disciplinam o funcionamento do Mercado, a dívida externa, o balanço de pagamento, etc. passam a preocupar os «leigos» e não mais são assuntos privativos dos tecnocratas. A grande imprensa explica, debate e procura educar.

O atual momento é grave, mas outros no passado também o foram. A gravidade do momento não se deve apenas aos descompassos da crise econômica, ela também tem a ver com o nosso modo de ser, que em parte, pelo menos, se explica pelo nosso passado, como Povo e como Nação.

3. A atividade educativa e as práticas sociais

«ganhar a vida ou viver a vida?»

O aparecimento de novas formas de qualificação de mão-de-obra, como mecanismo de, rapidamente, preparar migrantes do campo para a cidade, associado, por exemplo, à diversificação crescente da estrutura e ocupações,

mormente no setor industrial, exige uma ampla gama de ações voltadas para a área profissional.(2) Incluem-se, neste caso ações de órgãos supervisionados pelo Ministério do Trabalho, como SENAI, SENAC, SENAR, o sistema de qualificação e aperfeiçoamento, introduzido pela Lei 6.267/76, as atividades de Organismos do Ministério da Agricultura, como EMBRATER, bem como os do Ministério da Saúde. Isto quer, portanto, significar que a Educação para o Trabalho se faz por uma ação conjunta de diversos órgãos e não por atividades isoladas de qualquer um deles, mesmo quando se pensa em termos de educação formal, em nível de Escolas de 1º e 2º Graus.

Por outro lado, a crescente diversificação das organizações sociais nas cidades, voltadas quase sempre para o equacionamento e solução de problemas de marginalização urbana, vem ensejando o surgimento de inúmeros movimentos genericamente denominados de educação popular. Alguns desses movimentos incorporam suas ações ao sistema regular, enquanto outros preferem manter-se como sistemas alternativos, atuando paralelamente ou mesmo como substitutivo do sistema convencional. E essas iniciativas alargam, em muito, o campo educativo para constituir uma variedade de proposições e possibilidades.

Para dar conta da complexidade da Educação, em suas relações com o mundo do trabalho, o Educador, além dos conhecimentos que lhe são específicos, tem de buscar em áreas afins informações, argumentos e raciocínios que possam entretecer o pano sobre o qual poderá ir riscando o desenho, ainda que provisório, das definições e estratégias capazes de responder às necessidades sociais e individuais, em termos de realização profissional e humana. Entre outras, são áreas afins indispensáveis ao Educador do Ensino Profissional: Psicologia, Sociologia, História, Antropologia, Economia, Geografia, Filosofia, Ciência Política, Linguística, Demografia e mais ciências aplicadas como Direito, Administração, Ciências da Comunicação e Urbanismo.

Como mecanismo capaz de aproximar e facilitar as interpenetrações entre os campos da educação formal e não-formal, bem como da relação da educação com o mundo do trabalho, começam a ser utilizadas novas metodologias de pesquisa que querem não apenas conhecer a realidade, mas apóiam-se na idéia de que uma pesquisa é, ao mesmo tempo, uma investigação, uma intervenção e uma transformação tanto da realidade, como dos sujeitos que dela participam: investigadores e investigados. Eu transformo a realidade, enquanto ela mesma me transforma.

Os últimos levantamentos demonstram que o Ensino de 2º Grau tem sido fortemente negligenciado, (CNPq, 1982) considerando-se o volume global das

(2) Esta, como muitas das idéias que se seguem encontram-se de forma mais detalhada na *Ação Programada em Ciência e Tecnologia - Educação (1980-1985)* do CNPq.

pesquisas educacionais desenvolvidas no Brasil de 1977 para cá. (3) O ensino de 1º Grau, seja pelo fato de ser prioritário, seja porque o INEP tem dado a ele uma particular atenção, desperta fortemente o interesse dos pesquisadores. O Ensino de 3º Grau igualmente é objeto de muitas pesquisas, talvez porque os pesquisadores a ele pertencem, talvez porque a CAPES tem fortemente incentivado, através do preparo de recursos humanos, estudos referentes ao Ensino Superior. Mas, o Ensino de 2º Grau não tem encontrado, ao nível de pesquisa, uma fonte de recursos, nos organismos oficiais, capaz de alimentar e sustentar um programa de pesquisas que viesse a fazer diferença em seu delineamento e compreensão. Daí porque não sabemos se o que mais convém ao sistema educacional brasileiro é, ou não, o robustecimento das antigas e algumas ainda sobreviventes, heróicas, Escolas Técnicas, anteriores à Lei 5.692/71. A profissionalização da Escola de 2º Grau foi uma experiência que valeu? Em que contribuiu ela para o desenvolvimento humano? Os pressupostos de seus idealizadores foram confirmados, em mais de dez anos de experiências? Em que se apoiaram as sucessivas modificações das normas de funcionamento que estamos a presenciar? São algumas das interrogações que só um vigoroso plano de pesquisa poderia responder, reencaminhando a problemática e as soluções para um debate mais fundamentado e enraizado nas necessidades e aspirações da sociedade brasileira e da gente brasileira com seu modo peculiar de ser.

A pesquisa nas ciências sociais, e entre elas na própria educação, tem demonstrado que o desafio maior a ser enfrentado por qualquer sistema educacional, expressa-se nas extremas desigualdades verificadas nas formas de viver de amplas camadas da população brasileira, com parcelas significativas em situações de marginalidade e pobreza. Em consequência, estudos e reflexões, planos e programas vêm surgindo, trazendo em seu âmago a preocupação de explorar possibilidades de a Educação contribuir para a redução das disparidades detectadas, sendo pois necessária a elucidação de seu papel, quer para a preservação, quer para a superação de discriminações e privilégios.

Busca-se uma predisposição para aceitar a idéia de que aprendizagem e o conhecimento não se esgotam nos limites da escolaridade formal. É possível que muitas dessas ações da chamada «educação do mundo» venham a ser incorporadas à educação formal, configurando, assim, um processo lento e dificultoso de redefinições desta. Prevê-se, por isso, a ampliação dos parâmetros hoje utilizados para identificar o sistema educativo, valorizando-se, em escala ascendente, mecanismos e formas de educação que não se enquadram nos moldes hoje estabelecidos para o sistema formal. E esta parece ser uma tendência

(3). De 121 pesquisas financiadas pelo INEP, de 1975 a 1979, apenas 21 (17,35%) dizem respeito ao Ensino de 2º Grau; 54 (44,63%) ao 1º Grau e 46 (38,02%) ao Ensino Superior. De 592 Dissertações de Mestrado (Dados CAPES 11/75), 108 (18,24%) relacionam-se ao 2º Grau; 316 (53,38%) ao 3º Grau e 168 (28,38%) ao 1º Grau.

universal e não apenas brasileira. Concomitantemente, a ênfase passa a ser nos enfoques inter ou multidisciplinares, não só por que as ciências sociais se desenvolvem com relativa independência, de umas em relação às outras, mas também porque torna-se premente uma visão mais abrangente de como e quanto a atividade educativa inside nas práticas sociais. Na medida em que a pesquisa concorrer para esclarecer por que e sob que condições os fenômenos educacionais ocorrem, poderão ser gerados conhecimentos de crescente poder explicativo, aumentando seu potencial de instrumento para modificação da realidade. O que se quer, em última análise, é que a pesquisa possa contribuir não só para elucidar a aprendizagem como fenômeno psicossocial inserido em uma determinada cultura, mas para o estabelecimento de práticas educativas conducentes ao desenvolvimento do pensamento lógico e crítico e da auto-confiança - bases indispensáveis para a conquista da liberdade e da cidadania.

Em face das exigências constantes de geração, inovação e transferências de novas tecnologias, a Educação profissional é convocada a encontrar fórmulas e conteúdos adequados, como respostas que possam acompanhar, senão contribuir, na construção de relações mais equânimes com o mundo industrial e produtivo. Isto supõe o enriquecimento da formação individual e profissional, capazes de propiciar a adaptação posterior às necessidades, nem sempre previsíveis, do mercado de trabalho. Este enriquecimento só poderá ocorrer quando se fizer a devida ponderação das características ou condicionantes regionais, ampliando os elos entre ensino, pesquisa e transformação da realidade, aqui e agora, no espaço e no tempo que nos são dados.

4. A dimensão psicológica

«sabe com quem está falando?»

Numa pesquisa que visava a uma dissertação de Mestrado(4), o estudante se propunha ao estudo da identidade do aposentado como pessoa, como indivíduo e como ser social. As questões básicas de sua pesquisa se referiam ao fato de que, numa sociedade capitalista, as pessoas são a sua profissão: eu sou advogado, eu sou médico, eu sou professora, etc. Atingida a idade da aposentadoria, as pessoas não são mais advogado, médico, professores. Que ou quem são elas? Ser aposentado, então passa a ser um estigma social. Algo do que ninguém tem orgulho e que, por vergonha, deseja até mesmo esconder. Por quê?

O «sabe com quem está falando», tão presente na alma do brasileiro, tem a ver com seu «status», com sua posição social, com o posto ou hierarquia que ocupa em sua profissão. Mas alguém que não tem, ou já não tem profissão (para não falar em emprego!) não pode se beneficiar do rompante de responder a um

(4) que não foi concluída pelos muitos reveses que muitas vezes acompanham o estudante em fase de dissertação.

desaforo ou desconsideração com o clássico: «sabe com quem está falando?» A auto-valorização depende, em larga escala, do exercício de funções que só o sucesso profissional e econômico pode dar. Posto assim parece artificial e ilusório (vaidade das vaidades, tudo é vaidade...). Mas, não. Essa é uma vivência profunda, aferrada em cada um de nós. É o mundo do trabalho que nos confere a identidade, a dignidade e até a auto-estima. É bom que seja assim? Não se sabe. É uma resposta que cada um a si deve dar.

Em uma novela que descreve as inquietudes de uma moça burguesa, em busca de sua identidade (Stein, 1977), ela tem uma obsessão em suas ânsias de afirmação: ganhar a vida. Sem trabalho remunerado, sem uma atividade assalariada, os seus caminhos eram vários, mas escuros e tortuosos. «Meu desejo de ganhar a vida era o de fugir ao destino de fêmea apenas, se relacionava a minha falta de sorte, ou de profundidade ou eram mesmo as condições sociais que atrapalhavam?»

O trabalho, então, para o homem, como para a mulher, tem um sentido muito além do simples dinheiro para a sobrevivência. Nas atuais condições das estruturas sociais, ele é mais do que «aprender um ofício», ele é capaz de se transformar no ser daquele que o exerce, ele é capaz de determinar a qualidade das relações sociais. Assim sendo, pode a Educação, como sistema, deixar de investir recursos humanos e financeiros na investigação profunda de seus significados?

Peço ao leitor que volte às Proposições iniciais. Examine-as tendo como pano-de-fundo os aspectos históricos, a atividade educativa e as práticas sociais, bem como a dimensão psicológica, e tenha presente, entre muitos outros ingredientes, para a sua reflexão e sua «praxis»: 1) o significado do trabalho na história individual — do ser humano em relação; 2) a possível abrangência, pelo sistema formal da educação não-formal da educação formal e suas formas alternativas; 3) as delimitações impostas pelo contexto: determinantes político-econômico-sócio-culturais; 4) abordagens pedagógicas que incorporem a análise crítica dos problemas regionais; 5) a elaboração do conhecimento em nível inter ou multidisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Superintendência de Desenvolvimento Social. *Ação Programada em ciência e Tecnologia — Educação (1980-1985)*. Brasília, SEPLAN, CNPq, jun. 1982. 69p.
2. LOPEZ, Luiz Roberto. Trabalho: um caminho marcado por conflitos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 maio 1983.
3. STEIN, Suzana. *Salto sobre a sombra*. Porto Alegre, Movimento, 1977.

(Recebido para publicação em 01.12.83)